



A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO VALE DO PARAÍBA (1950-2000)

Vinicius dos Santos Gonçalves

Graduando em História na Universidade de Taubaté (UNITAU).

Moacir José dos Santos

Doutor em História (UNESP). Docente e pesquisador do mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU)

Resumo: No Vale do Paraíba fatores exógenos associados a interiorização das atividades industriais e a inserção do país no capitalismo industrial, sob a égide do Estado nacional, definiram o processo de industrialização regional. A pesquisa buscou identificar os fatores relacionados às políticas públicas de industrialização do estado de São Paulo e dos municípios da região, para a promoção da atividade industrial no Vale do Paraíba. O objetivo foi investigar a história da política pública estadual e das políticas públicas municipais de desenvolvimento industrial no Vale do Paraíba entre 1950 e 2000. O método de pesquisa é documental, com consulta a documentos públicos e fontes secundárias. Os resultados evidenciam que um conjunto de fatores, como a desconcentração industrial paulista, a criação de políticas públicas para o desenvolvimento industrial pelos municípios, bem como, a melhora estrutural da região, como a construção da Rodovia Presidente Dutra, a criação de loteamentos industriais, que ocorreram concomitantemente ao processo de industrialização, contribuíram para industrialização da região. Conclui-se que o setor público desempenhou papel ativo e estratégico para a industrialização do Vale do Paraíba no período pesquisado.

Palavras chave (três): Desenvolvimento industrial; política pública; Vale do Paraíba.



Introdução

O desenvolvimento econômico contemporâneo tem como suporte a expansão e intensificação das atividades industriais. A investigação desse processo evidencia que as regiões são alteradas de modo distinto quando da instalação de atividades industriais (Cano, 2007). No caso brasileiro, é possível identificar efeitos relacionados à concentração da industrialização em determinadas regiões do país. Uma das regiões com significativa presença da indústria é o Vale do Paraíba, no leste do estado de São Paulo. Desde o final do século XIX há presença de fábricas, resultantes da inversão de capital obtido com a cafeicultura para a instalação e expansão de indústrias nas cidades da região (Ricci, 2006). Porém, somente com a elaboração e aplicação de políticas públicas dedicadas à industrialização, ocorreu o adensamento dessas atividades, com a alteração das condições econômicas, demográficas, sociais e econômicas da região (Santos; Remoaldo, 2017).

As mudanças efetuadas nos municípios da região, especialmente aqueles as margens das Rodovia Presidente Dutra, estão associadas a industrialização, por sua vez resultante da efetivação de políticas públicas de desenvolvimento industrial e econômico, efetuadas em âmbito estadual e municipal (Vieira; Santos, 2012). Para caracterizar as políticas públicas dedicadas ao desenvolvimento industrial da região, objetivou-se investigar a história da política pública estadual e das políticas públicas municipais de desenvolvimento industrial no Vale do Paraíba entre 1950 e 2000. O recorte temporal é justificado em razão do período abranger as décadas em que a industrialização, impulsionada por políticas públicas, alterou as condições de desenvolvimento da região. Amparada em documentos públicos e fontes secundárias, a pesquisa indica quais políticas públicas foram efetivadas para a industrialização da região e a quais fatores esse processo está relacionado.

O artigo está organizado em 5 seções. Após a primeira seção, a introdução, justifica a realização da investigação que pautou o presente artigo. A terceira seção apresenta o método de pesquisa, enquanto que a quarta indica e caracteriza os resultados obtidos. A quinta seção do trabalho é dedicada as considerações finais.

O Vale do Paraíba e a industrialização

A indústria, ao longo da história, passou por diversas mudanças até o alcance das condições contemporâneas. A partir de 1760, a Primeira Revolução Industrial (1760-1870),



na Inglaterra, trouxe impactos sociais e tecnológicos, como a invenção da máquina a vapor e a produção manufaturada em larga escala. Desde então, os Estados traçam planos para industrializar o seu território na tentativa de aumentar e desenvolver a economia.

Entretanto, no Brasil, as discussões sobre o tema só se tornaram realidade após durante a Segunda Revolução Industrial (1870-1970), entre o final do século XIX e meados do século XX. E somente se tornou política de Estado a partir do Governo Vargas (1930-1945). Contudo, durante esse processo, classificou-se o crescimento econômico, consequência da industrialização, como sinônimo de desenvolvimento econômico, com isso, um país somente estaria totalmente desenvolvido quando alcançasse a industrialização. Entretanto, Santos (2000, p.27), propõe que “a industrialização não é o motor do progresso, nem a parteira do desenvolvimento”, e esse processo acarretou profundas mudanças sociais, espaciais e econômicas. No Vale do Paraíba, foco de análise desta pesquisa, essas questões ficaram evidentes a partir da década de 1950, quando se inicia a desconcentração industrial da Grande São Paulo em direção ao interior, e as prefeituras de alguns municípios vale-paraibanos iniciaram um processo acelerado de criação de políticas públicas dedicadas à atração de indústrias.

Em primeiro plano, cabe citar a diferença entre o desenvolvimento econômico e crescimento econômico. O desenvolvimento econômico é caracterizado pelo alcance de padrões de vida benéficos ao conjunto da população, o que pode ser aferido pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), enquanto o crescimento econômico, expansão quantitativa da riqueza em uma unidade, como o país, pode ser mensurado pelo PIB (Produto Interno Bruto), segundo Vieira e Santos (2012).

Com isso, é importante destacar que, mesmo que um país tenha o PIB elevado não significa que o IDH irá acompanhá-lo, como é o caso do Brasil, que apesar de constituir parte do G20, grupo das maiores economias do mundo, e sendo um país industrializado, ainda atinge índices de desigualdade social elevados. Em face disso, é necessário questionar-se quem de fato se apropria deste crescimento. Segundo Pitombeira e Oliveira:

Tratar do avanço das desigualdades no contexto brasileiro é falar sobre o recrudescimento da pobreza no país, tornando mais evidentes as diferenças de renda, gênero, raça/etnia, bem como as diferenças regionais. O Brasil é considerado como um dos países que mais concentra renda no topo da pirâmide social. Num país com mais de 200 milhões de pessoas, os 10% mais ricos estão entre aqueles que ganham mais de dez salários-mínimos. Dentre estes, 75% ganham até 20 salários-mínimos, sendo que 1%, ou seja, 1,2 milhão de pessoas



respondem por rendimento médio superior a R\$ 55.000 por mês. Ao se tomar o percentual de pessoas vivendo com até 1/2 salário-mínimo, identifica-se esse rendimento presente na metade da população do Norte e do Nordeste, enquanto nas demais regiões esse percentual varia entre 15,6% e 21,5%. Se a referência for de um salário-mínimo *per capita*, o Nordeste possui 77,3 % de pessoas residentes em domicílios particulares nessa situação, e a região Norte possui 76%. A região Sudeste possui 50,2%; a região Centro-Oeste, 52%; e a região Sul, 42,3%. Quanto ao mercado de trabalho, ainda segundo o IBGE, o primeiro trimestre de 2019 foi bem difícil para os brasileiros. A taxa nacional de desocupação foi de 12,7% no período, identificando que as 14 taxas acima do indicador nacional estão distribuídas entre o Norte e o Nordeste, além do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. (Pitombeira; Oliveira, 2020, p. 1700)

Quando se analisa o Vale do Paraíba, o foco é uma região socioeconômica, localizada entre o eixo Rio-São Paulo, entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar, que abrange 39 cidades, que possui uma população estimada em 2.506.051 de habitantes (IBGE, 2023). Mais do que isso, é uma região rica na cultura caipira e folclórica, com comidas e festas típicas, marcada por inúmeras fases da História brasileira e pela migração, e berço de figuras ilustres, como Monteiro Lobato, Hebe Camargo, Amácio Mazzaroppi e Celly Campello. Contudo, no âmbito industrial, a atividade está concentrada, principalmente, em cinco cidades: Taubaté, Pindamonhangaba, Caçapava, São José dos Campos e Jacareí, que foram impactadas com o processo de criação de políticas públicas para o desenvolvimento industrial, consequência da desconcentração industrial paulista. Segundo Vieira e Santos (2012, p. 165), esse processo aconteceu para o enfretamento do processo de deseconomia de escala da Grande São Paulo, em razão da dificuldade em atrair empresas, devido ao crescimento populacional, o aumento da poluição e das dificuldades quanto à mobilidade urbana.

O Vale do Paraíba é uma das regiões mais industrializadas do país. Além disso, participou ativamente dos principais ciclos econômicos da história do país, como o Ciclo do Açúcar, o Ciclo do Ouro e o Ciclo do Café. Sua formação, segundo Costa (2005, p. 39-40) deu-se no final do século XVI, quando a província de São Paulo de Piratininga, iniciou a expansão para o sertão em busca de jazidas de ouro e no apresamento de indígenas. Colonos e bandeirantes, como Jacques Félix, foram se fixando e desenvolvendo agricultura de subsistência, além de receber influências indígenas. Desse modo, formaram-se os primeiros núcleos populacionais, que mais tarde, tornaram-se cidades. Durante o ciclo do ouro, a região passou a ser ponto de passagem dos tropeiros vindos do Sul, além de fornecer mercadorias para as Minas Gerais.



Entretanto, com o fim do ciclo do ouro, os municípios vale-paraibanos, para recuperar-se da crise, passam a desenvolver atividades ligadas a cana-de-açúcar. Pindamonhangaba e Lorena instalaram engenhos de açúcar, e a organização social passou por profundas mudanças, com a presença de senhores de engenho e escravizados. Já durante o ciclo do café, que chegou pelo Vale do Paraíba Fluminense, ocorreram inúmeras mudanças a região, com a alteração na arquitetura das cidades, o aumento do número de escravizados e incremento das atividades econômicas. Contudo, segundo Ricci (2002, p.7), em 1935, o esgotamento do solo e a desvalorização do produto no mercado fez com que as cidades do Vale sofressem uma queda econômica acentuada, com o setor gerando 27,72% do valor observado em 1854.

O Vale do Paraíba tem uma localização geográfica privilegiada, cortado pelo Rio Paraíba, está entre as duas principais metrópoles do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, está entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, bem como, a partir de 1950 passa a contar com a Rodovia Presidente Dutra. Como afirma Reschilian:

A localização privilegiada da região do Vale do Paraíba, entre os dois principais polos econômicos do País – São Paulo e Rio de Janeiro –, contribuiu para que, no século XX, a região – mais especificamente, os municípios de Taubaté, São José dos Campos, Jacareí, Caçapava, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, atravessados pela rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1950 –, se firmasse como uma das principais áreas da produção industrial no País. (Reschilian, 2017, p. 801)

Cabe citar que, na América, antes do contato com os europeus, os indígenas já usavam o Vale como uma região de passagem e ponto estratégico, além de refugiar-se onde hoje é Taubaté, para fugir das cheias do Paraíba, não é por acaso que o nome da cidade se origina de Tab-a-été: “aldeia, povoação legítima, verdadeira, antiga, superior” (Costa apud Ribeiro, 1982, p.33). Além do mais, a participação ativa do vale nos ciclos econômicos foi de extrema importância para tornar a região um dos eixos econômicos do Brasil.

Já na segunda metade século XIX, Ricci (2002, p. 07 - 08) aponta os fatores que possibilitaram a industrialização intensa do vale, como a urbanização crescente em decorrência da produção cafeeira, o que gerou força de trabalho para as atividades urbanas de baixo custo, bem como a instalação de uma ferrovia ligando São Paulo e o Rio de Janeiro, o que incentivou a expansão econômica e o comércio da região, assim como, facilitou o escoamento da produção. Ainda no século XIX, dessa vez no penúltimo quartel, é fundado a primeira indústria têxtil no Vale, a Fábrica de Tecidos Santo Antônio, ficava entre os



municípios de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba, e foi fundada para aproveitar a produção de algodão, mas a fábrica parou de funcionar em 1891, devido ao deslocamento do eixo de ligação do vale, que saiu do porto de Ubatuba para a estrada de ferro. Em 1879 foi fundado a Malharia Nossa Senhora da Conceição, considerada a pioneira na fabricação de meias no Brasil, segundo Ricci (2002, p. 10) contava com mão de obra nacional, mas para os serviços especializados, contava com trabalhadores estrangeiros. Segundo Russo e Ricci (2014, p. 02), essa fábrica foi de extrema importância na cultura urbano-industrial, pois viveu todas as etapas do desenvolvimento industrial da região do Vale do Paraíba Paulista e ainda está ativa.

Ao final do século XIX, em 1891, foi fundado a Companhia Taubaté Industrial, a CTI, que passou por diversas dificuldades durante a sua construção e o seu funcionamento, a solução foi converter seu capital acionário aos credores ingleses. Portanto, a instalação dessas empresas pode significar o pontapé para a expansão industrial no Vale do Paraíba. Lencioni (1991, p.9) aponta que, após o início da transferência de indústrias da capital, para o Vale do Paraíba, passou a ocorrer a concentração econômica espacial na região. Além disso, cidades interioranas passaram a sofrer problemas semelhantes aos da metrópole paulista, como a poluição, a expansão demográfica e da violência, afetando a qualidade de vida da população local.

Método

A metodologia que pautou a investigação subjacente ao presente artigo é fundamentada na pesquisa histórica. Sua escolha decorre da proposta de se investigar a relação entre o expressivo desenvolvimento do Vale do Paraíba e a industrialização entre 1950 e 2000. Para tanto foram utilizadas fontes de dados secundários do IBGE e da fundação SEADE, bem como dados disponibilizados pelas prefeituras de Taubaté, São José dos Campos e Pindamonhangaba. Esses documentos e dados secundários foram cotejados com a literatura pertinente ao desenvolvimento industrial regional e municipal composta por artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Esse procedimento possibilitou problematizar como os agentes estatais concebiam suas ações voltadas a subsidiar a industrialização do Vale do Paraíba, bem como as atribuições e concepções pertinentes a implantação de políticas públicas dedicadas à industrialização. Deste modo, foi possível investigar as articulações entre as ações voltadas para o desenvolvimento e as estatais na região, principalmente quanto ao caráter



complementar entre as atividades das empresas e as políticas públicas, fundamentais para desencadear a atividade industrial na região do Vale do Paraíba.

Observa-se que a coleta e a sistematização das informações presentes nas fontes citadas estão vinculadas a sua interpretação mediante o referencial teórico e metodológico pertinente a pesquisa histórica. A seleção dos documentos vincula-se a necessidade de investigar fontes de informação compatíveis com o alcance do objetivo da pesquisa. Destaca-se a premência de analisar os documentos indicados na metodologia a partir de conceitos e informações relativos à literatura dedicada a investigação dos elos entre a industrialização e políticas de desenvolvimento.

As políticas públicas de industrialização no Vale do Paraíba

Após a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, as cidades que são cortadas por ela passaram a receber intenso fluxo de migrantes, além de receber atenção para o início da industrialização efetiva, mas isso foi mais forte após 1968 com a duplicação da rodovia. Segundo Souza:

Em 1968, a rodovia Presidente Dutra foi duplicada, implicando maior facilidade de escoamento de mercadorias e o acesso a matérias-primas utilizadas pelas indústrias, atraindo novas instalações e contribuindo para a diversificação da produção industrial na região (Reschilian, 2017, p. 801 *apud* Souza, 2008).

Entretanto, além dos aspectos históricos, culturais e estruturais que possibilitaram a industrialização, as prefeituras da região e o Governo do Estado de São Paulo, adotaram também uma política de desenvolvimento para atrair empresas baseada em estímulos estatais, como a concessão de terrenos, isenção tributária, criação de distritos industriais e melhorias locais. Segundo Vieira e Santos:

O deslocamento industrial foi fortemente influenciado por estímulos governamentais, dentre os quais se destacam a construção das refinarias de petróleo, em São José dos Campos e Paulínia, o programa do álcool, o desenvolvimento da indústria eletrônica com subsídio estatal e a melhoria e duplicação das estradas. Na esfera municipal, foram intensificados os subsídios fiscais, com a criação dos Distritos Industriais, provocando grande endividamento das prefeituras, que criaram programas de incentivos além de suas possibilidades financeiras. (Santos; Vieira, 2012, p. 165)

Ainda, esse processo ocorreu de maneira desenfreada, já que a industrialização no Brasil, foi acompanhada do aumento da pobreza, da poluição e do desgaste da fauna e flora



local. Além disso, segundo Costa (2005, p. 76 – 77) em cidades como Taubaté, a política de incentivos fiscais, como a isenção de impostos, doação de terrenos e outros benefícios, para atrair empresas não é novidade na história da cidade. Contudo, ainda segundo Costa (idem, p. 77) o programa para atrair empresas possibilitou entre 1970 e 1980, em Taubaté, a elevação de 188 estabelecimentos, para 257, e trouxe para a cidade indústrias como a Daruma Telecomunicações e a Volkswagen do Brasil.

As leis incluem desde empresas até grupos empresariais, como é o caso da Lei N° 4891, de 03 de julho de 1996, sancionada pela então prefeita, Ângela Moraes Guadagnin, que autoriza a concessão de benefícios fiscais ao grupo TecTelCom Técnica em Comunicações LTDA, segundo a Lei N° 4891, de 03 de julho de 1996:

“Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder isenção de Tributos, nos limites autorizados por esta lei, à Tectelcom em Telecomunicações Ltda.; Tec. Serviços, Manutenção e Apoio S/C Ltda., Winds-Sistemas Eletrônicos Ltda; Coopertec - Cooperativa Gerencial Ltda; Audiência Propaganda e Marketing S/C Ltda; Tecsat Distribuidora Ltda; Tectelcom Edificações Ltda; Tectelcom Aeroespacial Ltda; Tekwave Comércio e Vídeo Ltda; Transportes Vale Ltda; Tecsat Aerotaxi Ltda e Mectel Mecânica e Telecomunicações Ltda, todas empresas componentes do Grupo Tectelcom.”

Além do mais, ela impõe multa e cessão dos benefícios caso a empresa paralise sua produção por mais de 3 meses, ocorra infração tributária e índices de produção ociosa. (São José dos Campos, 1996). A partir disso, é possível observar que, segundo Costa (2005, p. 142), durante a década de 1990, a disputa eleitoral não estava ligada a partidos ou ideologias, mas sim, qual candidato conseguiria atrair mais indústrias ao município.

Municípios como Taubaté e São José dos Campos, durante o período de industrialização, receberam parques industriais para abrigar suas empresas, como o Piracangaguá I e Uma I em Taubaté, e as Chácaras Reunidas em São José dos Campos, um dos locais mais urbanizados e industrializados do município. Para entender mais sobre essas políticas de desenvolvimento, analisar-se-á a Lei N° 1.223, de 26 de julho de 1970, que está em vigor no município de Taubaté, e a Lei N° 2.303/80, de 01 de julho de 1980, ainda vigorando em São José dos Campos.

A primeira, aprovada em Taubaté, afirma que as indústrias que se instalarem no município até 1980, usufruiriam de isenções tributárias de cinco a quinze anos, sendo elas: Imposto Predial, Imposto Territorial urbano, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza,



Taxas Municipais e Contribuição de Melhorias. Os critérios para essas concessões serão: a mão de obra empregada, faturamento, naturezas da matéria prima, valor do investimento e destinação final do produto, de acordo com os artigos 1º, 2º e 3º, da Lei N° 1.223, de 26 de julho de 1970 (Taubaté, 1970). Na lei ainda consta que, “a Municipalidade poderá doar, gratuitamente, às indústrias que pretendem se instalar no Município, áreas de terreno pertencentes ao patrimônio público destinadas à implantação de estabelecimentos industriais.” (Taubaté (SP), 1970). Além disso, o poder executivo municipal poderá doar terrenos no bairro Piracangaguá, que corresponde ao Loteamento Industrial Piracangaguá I, essa doação será encaminhada e analisada pelo GEIN (Grupo de Expansão Industrial), para ser, ou não, aprovada, isso de acordo com os artigos 4º e 5º, da Lei N° 1.223, de 26 de julho de 1970 (Taubaté, 1970).

Cabe ressaltar que, segundo Costa (2005, p. 114), o bairro do Piracangaguá foi transformado em loteamento industrial pelo decreto n° 1969, de 19 de setembro de 1969, que também desapropriou terras para essa finalidade. Esse distrito estende-se das margens da Rodovia Presidente Dutra e da Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro até Quirim, distrito residencial de Taubaté, além de ser cortado pela linha férrea. Contudo, ainda segundo Costa (idem, p. 114 – 115), as primeiras doações só ocorreram, neste distrito, a partir de 1993, totalizando 22 áreas doadas, porém, todas elas foram declinadas e retrocedidas, mostrando ao poder público que, mesmo ofertando diversos benefícios, a medida se torna ineficaz à medida que as empresas não cumprem os seus projetos. Além disso, Costa (idem, p. 116), ainda aponta que, entre a doação e a instalação do terreno, ocorria um tempo médio de 15 meses, entretanto, segundo registros da Câmara Municipal, algumas empresas iniciaram suas atividades antes mesmo de ocorrer a doação efetiva, revelando a falta de preocupação, tanto do GEIN, quanto da empresa no transcorrer do processo de doação na câmara municipal.

Já em São José dos Campos, a Lei N° 2.303/80, de 01 de julho de 1980, “Dispõe sobre a instituição de áreas especiais para indústrias e dá outras providências.” (São José dos Campos (SP), 1980), contudo, não consta na lei a doação de terrenos para a instalação das indústrias, porém está previsto que, após instaladas, as empresas terão isenções tributária e crédito disponível no município. Além disso, a prefeitura poderá realizar obras de infraestrutura no local, que serão cobradas proporcionalmente e junto ao valor do terreno (São José dos Campos, 1980).

O poder público nos municípios do Vale do Paraíba depositou plena convicção no desenvolvimento que a indústria poderia trazer para a região, no menor tempo possível,



baseando-se no utilitarismo. Com isso, a partir da década de 1950, as prefeituras das cidades que são cortadas pela Dutra, principalmente Taubaté, São José dos Campos, Pindamonhangaba, Caçapava e Jacareí, iniciaram um processo de incentivos fiscais, como a doação de terrenos, inauguração de distritos indústrias e incentivos fiscais, entendido por (Romano, 2005, p. 30) como “Guerra Fiscal”.

A “Guerra Fiscal” pode ser percebida ao longo de toda a segunda metade do século XX no Vale do Paraíba. Como no ano de 1970, quando a prefeitura de São José dos Campos sancionara a Lei N° 1535, de 6 de janeiro de 1970, que oferecia a isenção de imposto predial, imposto territorial urbano, imposto sobre serviços de qualquer natureza e taxas municipais durante dez anos para as empresas que se instalarem no município. No mesmo ano, a prefeitura de Taubaté, articulado à câmara municipal, sancionara a Lei N° 1223, de 26 de junho de 1970, que oferecia os mesmos benefícios da lei joseense, como também, melhorias urbanas nos locais onde as empresas instalaram-se e a isenção fiscal entre cinco e quinze anos. Entretanto, especificamente em Taubaté, Costa (2005, p. 77) afirma que é possível perceber a continuidade da Lei N° 1223, promulgada em 1970, na Lei Complementar 18, promulgada em 1992, já que as duas possuem diversas semelhanças quanto a isenção de imposto e doação de terrenos, revelando que Taubaté, assim como algumas cidades do Vale, como São José dos Campos, Pindamonhangaba, Caçapava e Jacareí, buscava seu desenvolvimento e modernização através da industrialização.

Além da promoção de leis para a isenção fiscal, doações de terrenos, inauguração de parques industriais e toda estruturação histórica presente no Vale do Paraíba Paulista, ocorre também a criação de órgãos municipais, como o GEIN (Grupo de Expansão Industrial), em Taubaté, e o GEIPIN (Grupo de Expansão Industrial de Pindamonhangaba), criado e articulado pela câmara municipal, através da Lei N° 1337, de 09 de março de 1973, em Pindamonhangaba. Esses órgãos, possuíam funções semelhantes, como o estudo das condições locais para a instalação da indústria, dar sugestões de melhorias aos conselhos administrativos empresariais, bem como manter o contato com os agentes públicos. Além disso, os órgãos deveriam divulgar as potencialidades do município, desde a sua posição geográfica favorável, sua estruturação e possibilidades de investimento, até mesmo, no caso de Taubaté, a presença da Universidade de Taubaté, a UNITAU, mostrando a disponibilidade de mão de obra qualificada. Dessa forma, é possível perceber ação dos municípios para tentar atrair indústrias e se desenvolver.



Especificamente em Taubaté, o GEIN, que segundo Costa (2005, p. 88), é um grupo composto por poucos funcionários, que trabalham em conjunto ao setor de planejamento, preocupa-se com a modernização municipal, bem como o cuidado ao meio ambiente, atendendo as reivindicações de entidades ambientais. Ainda segundo Costa (2005, p. 91-92), isso evidencia-se pela “Orientação ao Projeto de Ocupação do Solo”, onde é definido que, 20% do terreno doado deve ser usado para o plantio de flora originária, 25% ao paisagismo, 15% para ruas e estacionamentos 40% para as unidades de produção da empresa.

Além disso, a chegada da indústria pode ser percebida com o aumento demográfico do Vale do Paraíba Paulista, onde a população aumentou em aproximadamente meio milhão em apenas vinte anos, de 578.220 habitantes em 1960 para 1.132.540 habitantes em 1980 (IBGE, 2021).

Considerações Finais

Neste trabalho, objetivou-se a investigação da história da política pública estadual no Vale do Paraíba entre os anos de 1950 e 2000, quando ocorreu a intensa industrialização na região, provocando inúmeras mudanças sociais, econômicas e espaciais. Esse processo é resultado de um conjunto de fatores, como a desconcentração industrial paulista, a criação de políticas públicas para o desenvolvimento, pelos municípios, bem como, a melhora estrutural da região, como a construção da Rodovia Tamoios, a construção da Rodovia Presidente Dutra, a criação de loteamentos indústrias, que ocorreram concomitantemente ao processo de industrialização. E o objetivo era só um: atrair indústrias, sejam elas nacionais ou multinacionais.

Historicamente, o Vale do Paraíba apresenta participação ativa na economia brasileira. Também, é um ponto de passagem, seja durante o ciclo do ouro, que recebeu o intenso fluxo de tropeiros vindos do Sul e a distribuição de mercadorias as Minas Gerais, ou nos dias de hoje, que caracteriza um importante ponto entre os dois centros econômicos do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, que são ligados pela Rodovia Presidente Dutra. Portanto, esses fatores colocam a região em posição de destaque no território nacional.

Além disso, com a desconcentração industrial paulista no século XX, possibilitou aos municípios da região a participação mais intensa no processo de industrialização. Para isso, ocorre a criação de políticas públicas para a atração de indústrias, iniciando com a indústria têxtil e, após isso, abrindo aos diferentes ramos. Contudo, como cita Lencioni (1991, p.9), os



problemas, antes comuns nas metrópoles, passam a fazer parte do dia a dia de algumas cidades interioranas, como a poluição, a violência e a intensa urbanização.

Portanto, além de garantir estruturas para a industrialização, os municípios vale paraibanos precisaram também, investir em políticas que atraíssem indústrias, garantir a base de matéria-prima, além de garantir a formação de pessoas. Para tanto, além do processo histórico que engloba o vale, o poder executivo das cidades também esteve presente durante este processo que deu base para a industrialização do interior paulista.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao CNPq pelo financiamento da pesquisa mediante a Bolsa PIBIC/CNPq.

Referências bibliográficas

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração regional no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: UNESP, 2007.

COSTA, S. L. **Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento**. Taubaté: Cabral, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional. Vale do Paraíba: IBGE: 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

Lei N° 1.223, de 26 de junho de 1970. Disponível em: http://camarasempapel.camarataubate.sp.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html_impresao/L12231970.html

Lei N° 2.303/80, de 01 de julho de 1980. Disponível em: <https://camarasempapel.camarasic.sp.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L23031980.pdf>

Lei N° 4891, de 03 de julho de 1996. Disponível em: <https://camarasempapel.camarasic.sp.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L48911996.html>

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada**. Revista Espaço e Debate, São Paulo: n. 38, 1994.

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. **Pobreza e Desigualdades Sociais: Tensões entre Direitos, Austeridade e suas Implicações na Atenção Primária**. Ciências & Saúde Coletiva, 25(5): 1699-1708, 2020.

RESCHILIAN, Paulo Romano et al. **Duplicação da rodovia dos Tamoios–SP: fluidez e repercussões no espaço regional da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 799-816, set/dez 2017.



RICCI, Fabio. **Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba Paulista**. Taubaté: Cabral, 2006.

RUSSO, Suely Miyuki Enomoto, RICCI, Fabio. **Malharia Nossa Senhora da Conceição: História de uma Empresa Pioneira no Vale do Paraíba – Jacareí**. Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos, 2014.

SANTOS, Moacir José dos; REMOALDO, Paula Cristina. **Desenvolvimento regional e a ideologia de segurança nacional no Brasil (1950-2000)**. Revista de Geopolítica, v. 8, p. 32-47, 2017.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 8, n. 2 (8), maio/ago. 2012.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. **Industrialização e Desenvolvimento Regional: Política do CODIVAP no Vale do Paraíba na Década de 1970**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate Ano 2, n. 2, nov. 2012.